

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

VALÉRIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA

A MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE

MATINHOS

2012

VALÉRIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA

A MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Questão Social pela
perspectiva interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

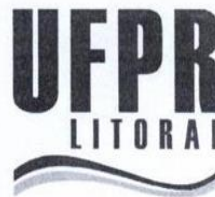
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Elisa de Castro Freitas

MATINHOS

2012



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **ANA ELISA DE CASTRO FREITAS**, realizaram em 20/12/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **VALÉRIA DOS SANTOS OLIVEIRA**, sob o título "*A mulher indígena na Universidade.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 20 de dezembro de 2012.

Prof. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas

Prof. MSc. Eduardo Harder

Prof. Dra. Édina Vergara Fagundes

VALÉRIA DOS SANTOS OLIVEIRA
Estudante

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
	AS = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu o dom da vida e a oportunidade de concretizar este momento especial.

Agradeço a minha querida mãe Iris dos Santos de Oliveira, ao meu pai Valdir Manoel de Oliveira (in memorian) e ao Oscar Antonio de Oliveira pela compreensão, apoio e carinho, enquanto por vezes os deixei para me debruçar e me dedicar na pesquisa e elaboração deste trabalho.

À professora Ana Elisa de Castro Freitas, minha orientadora, pela confiança e oportunidade da possibilidade de adquirir novos conhecimentos. À professora Édina Vergara e ao professor Eduardo Harder por aceitarem o convite de participar da banca de defesa desse trabalho trazendo valiosas contribuições para o mesmo.

Aos meus amigos e colegas, em especial ao Jeferson Isaac Maciel Paula Junior e Edilene Beatriz Dahmer pelo carinho, os vários conselhos e discussões produtivas em relação ao tema.

Às lutadoras e guerreiras mulheres indígenas, em especial as que fizeram parte fundamental desta pesquisa/trabalho: Diana Nascimento, Gennis Martins Timoteo, Gislaine da Costa Antunes, Jucelaine da Costa Antunes, Natasha Krig Si Manoel Antonio, Roseli Loureiro de Melo, exemplos de garra e dedicação a todos das suas comunidades indígenas à academia.

À coordenadora da especialização professora Helena Midori Kashiwagi, ao Secretário Executivo João Rafael Deron, aos bolsistas Paula e Rafael e ao corpo técnico administrativo, docente e discente que fizeram toda a diferença, nesta caminhada.

“Eu como uma mulher indígena dentro da universidade me sinto orgulhosa por tamanha conquistas pois na minha etnia são poucas mulheres que frequentam o mundo universitário, dificilmente se vê mulheres guaranias estudando. Até por que elas gostam mesmo e de ficar em casa cuidando da família e da casa e os estudos são deixados de lados. Eu tenho a certeza que com a minha entrada na universidade muitas mulheres guaranias mudaram seu modo de pensar e agir também, e com isso muitas estão também se esforçando para ter um bom estudo. Eu acho que servi de exemplo para algumas mulheres”.

Gennis Martins Timoteo
Acadêmica do Curso de Serviço Social

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a questão de gênero no contexto indígena Guarani-Kaingang diante das políticas públicas, na Universidade, ao trazer relatos de mulheres indígenas que estudam na Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral, destacando impactos e significações na vivência universitária destas mulheres. Para tanto, faz uma aproximação teórica entre feminismos e estudos pós-coloniais, enfatizando o papel político que se pode notar no posicionamento de falas dessas mulheres. Foi problematizada também a questão da construção dos saberes no ocidente e a relação hierárquica destes frente às cosmologias indígenas, sem contudo pormenorizar os aspectos destas.

Palavras-chave: gênero, mulher indígena, universidade.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS.....	9
2.1 A QUESTÃO DA SUBALTERNIDADE E O VIÉS DESCOLONIALISTA	14
3. GÊNERO E QUESTÃO INDÍGENA: O IMPACTO DA MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE.....	19
4. A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NO ESTADO DO PARANÁ.....	24
5. A PRESENÇA DA MULHER INDÍGENA NA UNIVERIDADE FEDERAL DO PARANÁ.....	26
5.1 AS FALAS DAS ESTUDANTES INDÍGENAS E SUAS PERSPECTIVAS.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS.....	57

1. INTRODUÇÃO

Este estudo acadêmico tem como objeto, problematizar gênero e etnia das mulheres indígenas diante das políticas públicas na universidade, destacando impactos (na aldeia, na lógica de gênero, na cultura, na família, na universidade) e significações na vivência universitária, contribuindo para uma possível “implementação” de uma *justiça de gênero indigenista* (conceito presente nos estudos de Eliane Potiguara). Este tema é pouco debatido na Universidade, há poucas publicações sobre o assunto e estas apontam antes para o papel de formação arbitrária da mulher na vida dos povos indígenas do que para o impacto da presença feminina indígena nas Universidades.

Para uma aproximação da problemática que orienta o presente trabalho optei por uma metodologia que combina a análise bibliográfica (em livros, artigos, sites) com dados de documentos acadêmicos de estudantes indígenas da UFPR, cotejando ainda com entrevistas realizadas com 6 mulheres, de um universo de 6 mulheres que cursam graduação no Setor Litoral da UFPR.

Será apresentado no decorrer do trabalho capítulos que sistematizam a problemática acima exposta, organizados da seguinte forma: a universidade no século XXI e seus desafios, a questão da subalternidade e o viés descolonialista, gênero e questão indígena: o impacto da mulher indígena na universidade, a organização da política para estudantes no estado do Paraná, a presença da mulher indígena na Universidade Federal do Paraná, as falas das estudantes indígenas e suas perspectivas e por fim as considerações finais.

A escolha do tema foi motivada, especialmente pelo envolvimento profissional da ora pesquisadora, junto à área da educação e a participação nas questões indígenas e a possibilidade que esta especialização proporciona em trabalhar com a interdisciplinaridade, algo extremamente desafiante. Não só por isso, mas também pela possibilidade de que esta pesquisa se preste a subsidiar novos estudos, mais abrangentes e diversos e, por conseguinte, os resultados aqui obtidos sejam utilizados como contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisa neste campo.

2. A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS

A alta burguesia deve velar para que a universidade continue a ser um lugar de exclusão, no qual os estudantes são cortados de seu meio real, ou seja, de um meio que se proletariza. E, além disso, as universidades devem assegurar um número sempre crescente de rituais de inclusão no interior de um sistema de normas capitalistas. Tem-se então um reforçamento da velha universidade tradicional, com sua dupla função de teatralização e de iniciação. Porém, logo que os estudantes entram no sistema e compreendem que se está a fim de jogar com eles, alguém tenta insurgi-los contra suas origens e seu verdadeiro; disso resulta uma tomada de consciência política, e é a explosão revolucionária. (FOUCAULT, 2004, pág. 16)

Escolhi começar partindo dessa citação de Foucault, por acreditar que muita dessa realidade descrita por ele, ainda que a respeito do ocidente - mais especificamente a França - analogamente pode ser utilizada para pensarmos de forma geral a transmissão de saber hoje. Como estudante, faço parte de uma instituição federal que, em grande medida, representa o Estado e sua política de expansão. Nesse processo, uma série de mecanismos hierárquicos relacionados à produção do saber cria em torno das estudantes uma ficção, um verdadeiro teatro que tem como objetivo ensinar uma forma de comportamento político que em nada diz respeito às necessidades reais. Esse conhecimento é inevitavelmente datado e no caso da ampliação do ensino superior, tem que ver com uma necessidade de mercado que faz girar a economia, repassando um ensino técnico que, salvo algumas exceções¹, serve apenas à racionalidade de Estado.

É nesse sentido também que Boaventura de Sousa Santos aponta quando mostra que as instituições de ensino superior vem sendo sistematicamente sucateadas pelo aparelho estatal, entregues a uma economia de mercado que as transforma em comércios do saber, na medida em que entram na lógica da produção tecnológica à serviço das corporações. Não apenas a universidade se vê prisioneira do mercado, mas também escrava da política financeira que a obriga a buscar financiamentos através de associações com grandes empresas. Segundo o autor:

¹ Nesse sentido, acredito que o projeto político pedagógico da UFPR Setor-Litoral, ao abrir a grade curricular e ao fomentar projetos que dialogam com os saberes indígenas, como por exemplo o LAID (Laboratório de Interculturalidade de Diversidade), até onde é possível, procura escapar dessa lógica homogeneizadora que pensa as políticas públicas sem o cuidado com as alteridades não apenas indígenas mas em todos os seus matizes.

As despesas mundiais com a educação ascendem a 2000 bilhões de dólares, mais do dobro do mercado mundial do automóvel. É, pois, à partida, uma área aliciante e de grande potencial para um capital ávido de novas áreas de valorização. Desde o início da década de 1990, os analistas financeiros têm chamado a atenção para o potencial de a educação se transformar num dos mais vibrantes mercados do século XXI. (SANTOS, 2005, pág 27)

A especulação financeira que se move em torno das universidades brasileiras é muito grande e é uma ameaça à educação como política pública. Em sua obra *A Universidade no Século XXI*, Santos relembra como a política financeira do governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil foi danosa para as universidades públicas, através do que denomina “secagem financeira” e ampliação de inúmeras instituições de ensino superior que segundo ele não são propriamente universidades, uma vez que são apenas instituições de ensino que não propõe a pesquisa e a extensão. Nos alerta para o fato de que o capitalismo mundial tem planos para a educação e que estes não têm em mente os cidadãos e cidadãs e sim os empresários do ramo da educação, algo muito parecido com o que já vem acontecendo com a Saúde. De acordo com Santos:

A posição do Banco Mundial na área da educação é talvez das mais ideológicas que este tem assumido na última década (e não tem sido poucas) porque, tratando-se de uma área onde ainda dominam interações não mercantis, a investida não pode basear-se em mera linguagem técnica, como a que impõe o ajuste estrutural. A inculcação ideológica serve-se de análises sistematicamente enviesadas contra a educação pública para demonstrar que a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra e que sua conversão em mercadoria educacional decorre da dupla constatação da superioridade do capitalismo, enquanto organizador de relações sociais, e da superioridade dos princípios da economia neoliberal para potenciar as potencialidades do capitalismo através da privatização, desregulação, mercadorização e globalização. (SANTOS, 2005, pág 30)

No que tange a construção de saberes e a forma pela qual esses saberes conflituam entre si, especialmente se pensarmos que os povos indígenas também possuem formas próprias de suas culturas, de entender o mundo e de se relacionar com ele, faz-se imperativo o diálogo com esses saberes de forma que não continuemos um processo de colonização de suas subjetividades que se dá no nível epistemológico. É o que Santos chama de “ecologia dos saberes”. Em suas palavras:

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulem na sociedade. De par com a euforia tecnológica, ocorre hoje uma situação de falta de confiança epistemológica na ciência que deriva da crescente visibilidade das consequências perversas de alguns progressos científicos e do facto de muitas das promessas sociais da ciência moderna não se terem cumprido. Começa a ser socialmente perceptível que a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu

activamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento. (SANTOS, 2005, pág 76)

No que diz respeito à alteridade, em especial de meu posicionamento de fala como estudante e mulher negra da especialização em questão social, reivindico uma legitimidade que parte de minha vivência na UFPR – Setor Litoral. Nesse sentido, cabe pontuar que, ainda que eu traga conceitos e perspectivas advindas de discussões macropolíticas, meu olhar sobre a instituição buscará problematizar alguns dos paradigmas de saber hegemônicos acerca da questão social.

A importância de salientar esse recorte se dá pelo fato de haver uma hegemonia que direciona sob o viés economicista a questão social, homogeneizando as diferenças e categorizando sob a bandeira da “classe trabalhadora” um pluralismo identitário que não cabe na forma imperialista da democracia ocidental. A questão social tem sido monopólio do Serviço Social² que a pensa como um problema exclusivo do sistema capitalista. Por exemplo, segundo CARVALHO e IAMAMOTO (1983), importantes autores do Serviço Social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, pág 77)

É aqui que entra a questão da alteridade e por isso acredito que a antropologia possibilita uma apreensão mais crítica da realidade social, em especial na corrente descolonialista (sobre a qual explicarei mais adiante).

Não poderia seguir com um tópico tão complexo quanto a questão da mulher indígena (questões étnico-raciais e de gênero) sem antes reafirmar a insuficiência epistemológica, por assim dizer, do arcabouço teórico que tem, de certa forma, dominado o imaginário político em relação à questão social. Dando sequência à questão do saber acadêmico e ao paralelo que faço entre o mesmo e a questão social, trago mais uma vez

² Aqui tomo o cuidado de reconhecer que problematizo esta questão de um ponto de vista da alteridade. Ainda que seja questionável a abordagem vinda de outros campos de saber, em especial da Antropologia, ressalto que minha pesquisa acerca da questão social levou-me inevitavelmente aos principais autores do Serviço Social que desde seu “movimento de reconceituação”, determinou conceitualmente e traçou também quais deveriam ser as estratégias políticas. É nesse sentido que questiono o conceito hegemônico de “Questão Social” e suas implicações políticas.

nas palavras de Foucault, o que acredito ser adequado a uma interpretação da situação dos e das estudantes. A citação é longa, porém insisto em trazê-la na íntegra:

E depois, há o estudante: de uma certa maneira ele é também aprisionado em um circuito que possui dupla função. Em primeiro lugar, uma função de exclusão. O estudante é posto à parte da sociedade, relegado a um campus. Ao mesmo tempo que o excluem, transmitem-lhe um saber de tipo tradicional, *démodé*, acadêmico, um saber que não tem nenhuma relação direta com as necessidades e com os problemas do mundo de hoje. Essa exclusão é reforçada pela organização, em torno do estudante, de mecanismos sociais fictícios, artificiais, de uma natureza quase teatral (as relações hierárquicas, os exercícios universitários, a banca examinadora, todo o ritual de avaliação). Enfim, o estudante se vê ante a oferta de uma espécie de vida recreativa- uma distração, uma diversão, uma liberdade que, aqui também, nada tem a ver com a vida real; é essa sociedade artificial, teatral, essa sociedade de papelão que se constrói em torno do estudante, mediante o que os jovens de 18 a 25 anos são, por assim dizer, neutralizados para e pela a sociedade, tornados confiáveis, impotentes, castrados, política e socialmente. Essa é a primeira função da universidade: colocar os estudantes fora de circulação. Sua segunda função todavia, é uma função de integração. Uma vez que um estudante tenha passado seis ou sete anos de sua vida nessa sociedade artificial, ele se torna assimilável: a sociedade pode consumi-lo. Insidiosamente, ele recebeu os valores dessa sociedade. Ele recebeu modos de conduta socialmente desejáveis, formas de ambição, elementos de um comportamento político, de modo que esse ritual de exclusão termina por tomar a forma de uma inclusão e de uma recuperação, ou de uma reabsorção. Nesse sentido, a universidade, sem dúvida nenhuma, é bem pouco diferente dos sistemas através dos quais, nas sociedades ditas primitivas, os jovens são mantidos afastados da aldeia durante sua adolescência e submetidos a ritos de iniciação que os isolam e os privam de qualquer contato com a sociedade real, ativa. Uma vez transcorrido esse período eles podem ser inteiramente recuperados ou reassimilados. (FOUCAULT, 2004, pág 15-16)

É pautando o que tem sido dito tanto por pesquisadores das questões étnico-raciais quanto pelas e pelos próprios estudantes indígenas que também poderíamos modificar essa realidade de reassimilação. Acredito que a questão social sob uma perspectiva interdisciplinar³ seja um avanço em certa medida e, de fato, a UFPR – Setor Litoral ao propor uma pós-graduação com esse enfoque certamente merece reconhecimento. Todavia, como poderemos perceber, esse não é o caso quando voltamos nosso olhar para a bibliografia específica acerca da mesma.

A questão social como conceito tem um enfoque político muito específico e determina de antemão a forma como devemos encarar as condições sociais. Além do curso de Serviço Social resumir a questão social como seu “objeto” de estudo, recorta sob o viés marxista a realidade social, fazendo com que as questões de gênero, étnico-raciais,

³ Trata-se do enfoque político dado ao curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar no Setor Litoral da UFPR.

de sexualidade e todas as questões relacionadas a posições identitárias caibam no projeto político do curso, que as interpreta como fruto de desigualdades econômicas, escamoteando todas as dimensões de desigualdade que escapam ao economicismo. Para exemplificar, trago a definição da questão social segundo Iamamoto (1999): a Questão Social pode ser definida como - O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Problematizei aqui o olhar dos autores e autoras do Serviço Social, por reconhecer neles e nelas uma hegemonia que parece querer ditar as estratégias políticas para o enfrentamento da questão social e isso começa pelo próprio entendimento do que se trata a mesma. Como me proponho a falar de mulheres indígenas, de antemão já afirmo que um saber des-colonialista pode nos oferecer um caminho menos tendencioso, uma vez que, ao utilizarmos uma produção de conhecimento que já prescreve a realidade política de acordo com uma teoria marxista⁴, estaríamos consequentemente impondo um olhar branco e ocidental. Dessa forma, amarrando a problemática étnico-racial e de gênero à questão da Universidade, cabe enfatizar que uma das grandes questões desse século, seria, talvez, buscar formas de “des-subjetivar” o que há de colonizado em nós e buscar estratégias políticas que retomem saberes e práticas de povos que não partam, necessariamente, da racionalidade cartesiana do ocidente⁵. É o que sugere OLIVEIRA 2010 quando diz que:

Disciplinas feministas, teorias de uma história 'vista' de baixo, denúncia do colonialismo ocidental: várias questões que hoje integram as disciplinas universitárias advêm da entrada em cena de grupos sociais marginalizados e membros de sociedades tidas como exóticas. No entanto, todas essas questões ainda são apresentadas por meio de uma episteme particular: aquela vista como a única capaz de produzir a verdade e que, no Ocidente, recebeu a chancela da ciência. (Extraído do livro: Educação Superior Indígena no Paraná, 2010 pág 43)

Essa fala “subalterna”⁶ reivindica uma posição legítima perante os mecanismos de produção de saber que têm, na universidade, seu locus por excelência, ou, na direção do

⁴ O projeto ético-político do curso de Serviço Social bem como a definição da questão social são reiteradamente colocados como agendas políticas pensadas a partir da “tradição marxista”. Ver José Paulo Netto (1999) e a construção do projeto ético- político no Serviço Social.

⁵ Com isso não sugerimos que as formas de saber ocidentais não são úteis mas, sim, que a linha entre sua utilização e imposição colonizadora é muito tênue.

⁶ Ver Gayatri Spivak, Pode o subalterno falar?

que aponta Bourdieu (2002), sua instância legitimadora. Esse embate é tanto mais difícil quando consideramos as relações de gênero, pois historicamente a sujeita “mulher”- termo naturalizado e reiterado por discursos institucionais que a definem sob o olhar masculino hegemônico - foi sistematicamente relegada aos espaços domésticos e privada de ocupar os lugares de luta política. Sendo assim, a universidade se torna um campo entremeado de embates políticos no qual diferentes atores e atorais sociais disputam pela legitimidade do saber acadêmico.

Contudo, para Guattari (1990), uma mesma perspectiva ético-política atravessa as questões do racismo, do falocentrismo, dos desastres legados por um urbanismo que se queria moderno, de uma criação artística libertada do sistema de mercado, de uma pedagogia capaz de inventar seus mediadores sociais etc. Tal problemática, no fim das contas, é a da produção de existência humana em novos contexto históricos.

Nos vemos, portanto, diante de questões que, em determinado momento se interseccionam, possibilitando uma trégua ou associação política entre as sujeitas. Dessa forma, eu, mulher negra, me solidarizo com a mulher indígena, a princípio, por lutarmos por uma universidade menos machista e lutarmos também, por exemplo, contra a hegemonia do homem branco ocidental. Penso que inúmeras estudantes se associariam caso entendessem o que em grande parte é a razão do preconceito e da opressão, a saber, constructos linguísticos e práticas sociais que naturalizam o comportamento de sujeitos brancos, masculinos, heterossexuais e sem “deficiências” físicas por exemplo. Trata-se de confrontarmos os privilégios históricos que esses sujeitos usufruem e que não abrirão mão sem uma luta estratégica.

2.1 A QUESTÃO DA SUBALTERNIDADE E O VIÉS DESCOLONIALISTA

Seria necessário correr o risco de ser acusada de um certo “vitimismo”, mas o fato é que não posso ignorar questões de classe, raça-etnia, de gênero e sexualidade ao trazer nesse trabalho reflexões sobre a mulher, quanto mais sobre a mulher indígena. Esse exercício nos leva, se olharmos para a história já com um gesto descolonizador, a um manancial de discursos político-científicos que construíram, ou melhor, representaram de acordo com o olhar branco, masculino e ocidental a mulher “étnica”, a mulher negra

como mais “sexual” do que a branca e a mulher indígena como alteridade exótica e portanto um fetiche no mercado da heterossexualidade compulsória (RICH, 1993)

O cuidado antropológico que devo ter, mesmo como mulher negra, é não falar por um outro, ou melhor, uma outra, a qual não tenho acesso a não ser como ouvinte, um minucioso trabalho de escuta que poderia permitir, no máximo, uma identificação com essa alteridade que me fala, que me interpela e me faz enxergar uma realidade que a priori eu jamais teria acesso. É nesse sentido que esse trabalho vai, ao trazer a fala das mulheres indígenas. Esse cuidado parte do que Spivak em “Pode o subalterno falar?” diz sobre a mulher negra, pobre, indiana, sujeitada tanto por fatores de classe, raça-etnia e gênero e mais, colonizadas e sem acesso a uma técnica semiótica de representação que as torne inteligíveis. Em seu artigo O olhar etnográfico e a voz subalterna, José Jorge de Carvalho explica sobre Spivak que:

Gayatri Spivak, cuja démarche teórica mais importante passa também pelo próprio hibridismo identitário que ela mesma faz questão de manifestar. Seu projeto teórico-político se relaciona com a sua necessidade biográfica de desfazer o duplo lugar de fala subalterna que lhe foi imposto desde a infância, como mulher numa nação colonizada. A arena discursiva e o campo no qual se conduzia todo o debate sobre a subjetividade contemporânea, tanto pelo colonizador como pelo colonizado, estava centrada no Ocidente. O interesse de Spivak é de refazer essas coordenadas, transportar a arena desse debate para um outro lugar. Com isso ela toca uma questão central, que nos compete agora retomar, qual seja, discutir a capacidade do subalterno de representar. Dito de outra forma, teorizar quais são as possibilidades do subalterno de se subjetivar autonomamente.

Associada também a essa questão da subalternidade, faz-se necessário - até mesmo por uma questão política de associação -, trazermos o que a autora indiana Avtar Brah diz sobre a interseccionalidade. É tanto mais importante partir desse conceito, uma vez que, ainda que não seja indígena, eu própria sou uma mulher com características construídas como “étnicas” por esse olhar colonizador, e também partilho de outros signos subalternizados. Nesse sentido, Avtar Brah contribui imensamente nas discussões de gênero, ao mostrar como o signo mulher depende de condições sociais que variam de acordo com a classe, a raça-etnia, posicionamento geográfico e sexualidade. Faço minhas as palavras de Brah:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de localizações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como 'mulheres da classe trabalhadora', 'mulheres camponesas' ou 'mulheres

imigrantes'. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e práticas feministas que 'mulher' não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo mulher tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes 'feminilidades' onde vêm a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido, é uma diferença de condições sociais. (Cadernos pagu, Avtar Brah, Diferença, Diversidade, Diferenciação, pág 131)

Esse olhar interseccionado sobre a realidade social é radicalmente diferente do que tem sido usado no campo das discussões políticas de esquerda mais “clássicas”, como pudemos notar com a tradicional noção de questão social. Levar em consideração as especificidades identitárias⁷ é fundamental, se nossa preocupação for, por exemplo, atuar nas políticas públicas na implementação de estratégias de enfrentamento a violência de gênero, ou mesmo políticas de inserção que levem em conta as diferenças já mencionadas.

Nesse momento da reflexão, cabe pormenorizar o que mencionamos anteriormente como descolonização. Esse conceito parte fundamentalmente do autor argentino Walter Dignolo (2009), que provoca o lugar de conforto do saber ocidental, mostrando que, ao partirmos, mesmo do idioma português, corremos o risco de reproduzir uma rede epistêmica que seria a mesma utilizada para colonizar a subjetividade de povos não ocidentais. Também segundo este autor, a história pela ótica ocidental, tratou de eliminar sujeitos colonizados que, antes mesmo das narrativas liberais, iluministas ou que partiram de Marx, já haviam proposto modos de convivência e projetos de sociedade que partiam de suas cosmovisões. Para ilustrar o que quer dizer o autor, vejamos o que o próprio diz em relação a descolonização:

O pensamento descolonial ainda não aparece nem mesmo nas publicações de esquerda mais extremas. E a razão é que o pensamento descolonial não é de esquerda, mas outra coisa: é um descolamento da episteme política moderna articulada como direita, centro-esquerda; é uma abertura para algo diferente, em marcha, procurando por si na diferença. (MIGNOLO, 2009)

É essa opção descolonial que acredito ser a mais adequada para tratar dos saberes indígenas e de sua posição político-epistemológica na disputa pela legitimidade acadêmica. Historicamente, tanto homens como mulheres indígenas foram representados

⁷ Essas especificidades são extremamente importantes, mas salientamos que no caso da lógica da interseccionalidade, elas funcionam de forma indissociável.

por sujeitos ocidentais e mesmo que muitas vezes os indígenas tenham se pronunciado em primeira pessoa, os saberes utilizados em grande medida partiram desses locus ocidentalizado, isso se evidencia na fala de uma das estudantes indígenas. Sei bem da dificuldade que é tentar escapar desse processo colonizador da episteme ocidental, mas acredito também, que seja o momento de voltarmos mais nosso olhar para formas de interpretar o mundo que escapam da dominação do Ocidente⁸. É o que também diz o estudante indígena Osias Ramos Arnaud Sampaio no artigo “A UNIVERSIDADE COMO ÁREA DE INFLUÊNCIA: O OLHAR DE UM GUARANI SOBRE SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA”. Nele, o estudante diz que o indígena universitário, deve, à semelhança da coleta na mata, “coligir conhecimentos e prosseguir na cultura por outros meios.” E de maneira ainda mais enfática, problematiza que:

A vida do índio mudou de forma perene após a colonização. De livre o índio passou a ser tutelado e mandado. Foi limitado a um espaço determinado não por sua cosmovisão, mas por uma política hegemônica que incorreu na contradição: a demarcação de terras já não seria naturalmente positiva, e, especificamente no Paraná, a diminuição da extensão dessas terras, em meados do século passado, foi uma política contrária ao crescimento demográfico. A presença de um órgão tutor e a ideologia da incapacidade fizeram o índio se resignar a ser inferior. (Extraído do livro: Educação Superior Indígena no Paraná, 2010, pág 122)

Refletindo também sobre a forma como esse saber prescreve a subjetividade indígena e os obriga a partir de uma lógica política centrada na racionalidade de Estado, Ana Elisa de Castro Freitas e Eduardo Harder problematizam a homogeneização da identidade indígena pelo Estado brasileiro, que acaba simplificando e, assim, escamoteando as milhares de relações colonizadoras por parte dos mecanismos burocráticos do Estado. Segundo a autora e o autor:

Ao se considerar a trajetória do Estado brasileiro em sua relação de assimetria objetificante para com os povos indígenas, marcada pela negação de suas especificidades alteras, através do emprego de práticas coloniais e categorias reducionistas - tais como ‘índio’, e o conjunto de rotinas administrativas que sua adoção inaugura-, noções totalizantes como a de ‘estudante indígena’ merecem um olhar aguçado, na medida em que velam as distinções que essas alteridades tecem em nosso cotidiano universitário. (Extraído do livro: Educação Superior Indígena no Paraná, 2010, pág 77).

Essa assimetria é a mesma que impede de olharmos para a questão indígena sem fazer o necessário recorte de gênero. Levando em conta as reflexões acerca da interseccionalidade e da perspectiva descolonizadora, um outro modo de me relacionar

⁸ Nunca é demais lembrar que os processos de colonização tem que ver com um forte recorte de gênero, ou não foram sujeitos do gênero masculino que a levaram a cabo?

com as mulheres indígenas se torna possível e legítimo, qual seja, a escuta sem o compromisso de categorização e um olhar aberto à formas alteras de espisteme e visão de mundo, ainda que essas formas nos leve a conclusões contraditórias.

3. GÊNERO E QUESTÃO INDÍGENA: O IMPACTO DA MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE

No passado, a mulher possuía ainda o poder da determinação política, a palavra final nas Assembléias. Com a presença dos estrangeiros os homens colocaram suas mulheres na retaguarda ético-cultural, para defendê-las. Há casos, no século XVI, onde homens levavam toda a sua família ao suicídio coletivo, onde todos pulavam do alto de rochas, para não serem submetidos à escravidão. Dessa retaguarda muitas mulheres indígenas não saíram.(Eliane Potiguara).

Quando eu me posiciono etnograficamente como sujeita oriunda de uma cultura ocidental, com valores, éticas, estéticas e constructos sociais muito próprios desse lugar, o mínimo cuidado antropológico requer que eu me reconheça como tal alteridade. Ora, esse exercício não me parece o mais extenuante, afinal, o Ocidental de forma geral (e mesmo o Brasil, que hoje possui uma certa hegemonia em relação aos outros países da América Latina especialmente em termos econômicos) goza de um privilégio do ponto de vista cultural que nos permite ter orgulho de “nossa” cultura. Se não orgulho, ao menos uma certa comodidade universal, comodidade esta muito conveniente para muitos e muitas que não querem deixar este privilégio para fazer o estranhamento necessário e olhar para as culturas não ocidentais de forma a não continuar colonizando-as.

Este posicionamento, “por sorte”, tem sido recorrente na antropologia, que tem procurado tomar os devidos cuidados para desconstruir certos fundamentos que, num passado recente, ainda interpretavam as culturas indígenas com quase o mesmo olhar da Igreja na Idade Média. Ainda que a ortodoxia e o conservadorismo continuem a produzir formas de saber tradicionalistas e predatórios, podemos contar hoje com um manancial de autores e autoras, bem como lideranças indígenas que tem ocupado lugares estratégicos nos enfrentamentos políticos. Contudo, em relação à questão de gênero, me parece que tem havido um avanço muito mais tímido.

Nesse sentido, acredito que o recorte de gênero nos permite um horizonte mais justo e que possibilita análises mais completas do que as que vem sendo feitas até o momento. Em relação a isto Eliane Potiguara⁹ nos diz que:

...o modelo de desenvolvimento social contempla muito mais aos homens do que às mulheres na sociedade. Trabalhar com estratégias para formação de gênero é desafiar as relações desiguais entre homens e mulheres. Na questão indígena não é

⁹ Eliane Potiguara é uma indígena remanescente dos Potiguaras. É professora e escritora, conselheira do Instituto Indígena de Propriedade Intelectual e coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet.

diferente, tanto no campo de ação, na família ou não, como também no campo organizacional e institucional. A formação de gênero é uma das estratégias usadas para promover a justiça de gênero dentro das organizações de desenvolvimento. Tal formação baseia-se na convicção de que intervenções em formas de projetos ou programas de desenvolvimento podem resultar em transformações sociais para povos indígenas. Formação de gênero neste caso pretende atingir justiça de gênero incorporando uma perspectiva de gênero a todos os níveis de análise e planejamento do projeto ou programa de uma organização indígena, por exemplo.¹⁰

Dessa forma, não vejo como possa ser diferente no que diz respeito à abordagem de gênero em relação à população indígena egressa na universidade. Estamos de acordo com Potiguara, quando esta afirma que as desigualdades de gênero não mudam, ainda que cada etnia parta de uma cosmologia única e diferente do que acontece no ocidente. Essa abordagem não apenas amplia as discussões, mas oferece um campo bastante importante para pesquisadoras e pesquisadores. Segundo Potiguara, este tema tem sido relegado como de menor importância (como tudo relacionado ao feminino) diante outras pautas que tem tido prioridade. Nas palavras da autora indígena:

Urge que os congressos, conferências, seminários indígenas introduzam esse tema efetivamente nas pautas de discussão, mas não vemos isso, parece que não é relevante. Venho observando várias pautas e o tema mais geral é sobre direito à terra, desenvolvimento, propriedade intelectual, o que é corretíssimo, mas especificamente, não vejo essa discussão fortalecida e o INBRAPI (Instituto Indígena Brasileiro para a propriedade Intelectual) a partir de agora aceita esse desafio. O desafio é discutir milhares de temas, mas incluindo a transversalidade de gênero¹¹.

Essa parte do meu trabalho, central na discussão mais específica sobre gênero, me deixou bastante apreensiva, uma vez que meu posicionamento na semiótica ocidental poderia me colocar numa situação muito desigual, onde facilmente eu poderia ditar o tipo de posicionamento político que as estudantes indígenas deveriam tomar, partindo desse *locus* ocidental, que não necessariamente diz respeito à realidade das mulheres indígenas entrevistadas por mim nesse trabalho. Contudo, ao me deparar com o trabalho de Potiguara e outros sobre as mulheres indígenas e constatar também, através de minhas entrevistas, essa relação assimétrica de gênero, me senti mais confiante para falar desse entre-lugar, a saber, de um lugar onde posso me relacionar diretamente com as preocupações das mulheres indígenas que entrevistei, sem me sentir na postura ditatorial que então me preocupava.

¹⁰ Desenvolvimento Indígena sob perspectiva de gênero, Eliane Potiguara (<http://www.overmundo.com.br/overblog/desenvolvimento-indigena-sob-perspectiva-de-genero>).

¹¹ Ibid

Ao que me parece então, partindo dos relatos dessas mulheres, as relações de poder sob a perspectiva de gênero, de fato não mudam tanto quanto pensei. Certamente não estou sugerindo que, nas várias cosmologias indígenas (diferentes inclusive entre si), os significados dados ao masculino e feminino sejam os mesmos que no ocidente. Mas, uma vez que as relações interétnicas já estão postas, e que a vivência universitária causa um considerável impacto nos relacionamentos nas aldeias, especialmente para as mulheres indígenas. Acredito que seja possível pensarmos num “feminismo híbrido”, algo com que possam se relacionar tanto as mulheres que sofrem violências nos moldes do ocidente, quanto mulheres indígenas que questionam a forma como certas relações se dão. Mesmo no Ocidente as assimetrias de gênero começaram a ser denunciadas muito recentemente, e apenas após o substancial trabalho de Simone de Beauvoir (que escreveu a célebre frase : “Não se nasce mulher, torna-se mulher) em *O Segundo Sexo* é que o campo de gênero começou a se desenhar.

Com a autora Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise*, essa categoria ganhou status de cientificidade e passou a ser utilizada de forma muito mais efetiva no meio acadêmico. Scott mostra nesse trabalho um pouco da história desse conceito. Segundo a autora: “mais recentemente - recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais - as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”. (SCOTT, 1995, pág 2)

Esta autora (SCOTT, 1995) renomada nos estudos de gênero, explica também que: no seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Segundo a autora, as relações hierárquicas que engendram os gêneros só são possíveis através das oposições binárias, que por sua vez só se mantêm através de uma fixidez fictícia. A sugestão que então dá a autora, partindo da desconstrução derridiana, é a de suspender os termos da diferença sexual, ou seja, justamente a construção

linguística que determina culturalmente o que é masculino e o que é feminino. Mais precisamente segundo Scott:

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (p18-19)

Apesar da imensa contribuição de Joan Scott, essas análises no campo do gênero ainda permaneceram na terrível dicotomia natureza-cultura, já que não foi problematizado o saber médico e a forma como seu discurso era legitimado. Após a publicação de *História da Sexualidade vl 1*, de Michel Foucault, as feministas puderam se apropriar da crítica feita ao caráter fictício das verdades médicas e fazer uma análise que derrubasse a noção de fixidez e de verdade sobre o “sexo” biológico. Foi exatamente o que fez Judith Butler em *Bodies that Matter* (Corpos que Pesam ou Corpos que importam). Partindo do que postulou Foucault sobre o discurso médico e de como esse discurso pôde emergir no século XIX como uma verdade sobre os sujeitos, Butler (2011) vai mostrar também que, uma vez que gênero é um constructo social adquirido através da linguagem e das práticas sociais, basta então que nos utilizemos desta categoria e não da de “sexo”, uma vez que sexo é apenas um discurso médico que também é linguagem, ou seja, não existe algo, uma verdade anterior a linguagem e portanto a categoria sexo também é um constructo social. Nas palavras da autora:

A categoria “sexo” é, desde o início normativa; é o que Foucault chamou de “ideal regulador”. Nesse sentido, então, “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática reguladora que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força reguladora é claramente um tipo de poder produtivo, o poder de produzir-demarcas, circular, diferenciar- os corpos que controla.(...) Em outras palavras, “sexo” é um constructo ideológico forçadamente materializado através do tempo. Não é um simples fato ou condição estática do corpo, mas um processo pelo qual normas reguladoras materializam o “sexo” e conseguem essa materialização através de uma reiteração forçada dessas normas. Que essa reiteração é necessária é um sinal de que a materialização nunca se completa, que os corpos nunca se adaptam completamente às normas pelas quais suas materializações são incitadas. (2011)

A medida em que essas relações de poder no campo do gênero no ocidente se relacionam com as de outras etnias indígenas no que diz respeito às suas cosmologias (a questão simbólica) não é nosso foco nesse trabalho. Essa é uma delicada questão que provavelmente foi pouco estudada e tampouco tenho a pretensão de insinuar que as

situações vivenciadas pelas indígenas entrevistadas por mim são idênticas às vivenciadas pela mulher ocidental (lembrando com Avtar Brah o quanto essa categoria mulher, mesmo no ocidente é bastante elástica). É justamente a forma pela qual essas vivências se encontram já na universidade, ou seja, nesse entre-lugar, que pode oferecer ferramentas para compreendermos melhor as dificuldades e desafios das mulheres indígenas e podermos traçar as melhores estratégias para contorná-los ou mesmo evitá-los.

4. A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NO ESTADO DO PARANÁ

No âmbito das políticas públicas de educação, nas universidades públicas do Paraná, foi instituída uma política específica de ingresso de estudantes indígenas. No Paraná, isso ocorreu a partir da promulgação da Lei nº 13.134, de 18 de abril de 2001, que destinou ao indígena 3 vagas suplementares em universidades públicas estaduais.

A Universidade Federal do Paraná - UFPR, em 2004 ingressou nesse processo através do termo de convênio nº 502-2004, celebrado com a Secretaria Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, ofertando cinco vagas para estudantes em âmbito nacional. Sendo assim, a UFPR passou a ingressar a CUIA – Comissão Universidade para o Índio e a realizar seu vestibular em conjunto com as universidades estaduais no Paraná. Com a Lei nº 14.995 de 09 de janeiro de 2006, houve um aumento do número de vagas de 3 para 6.

De acordo com Freitas e Harder (no prelo), a Universidade Federal do Paraná/UFPR firma, em 2004, com a SETI – Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o Termo de Convênio nº 502/2004 (UFPR, 2004b) e, dessa forma, ingressa no sistema estadual de ensino superior indígena que já se encontrava vigente no Paraná. Este Convênio legitimava as prerrogativas de ações expressas na Resolução COUN 37/2004, que integra o Plano de Metas de inclusão Racial e Social na UFPR (UFPR, 2004a).

No âmbito das políticas públicas de educação escolar, cabe ressaltar que o novo paradigma instituído pela Constituição Federal de 1988 aponta para o fim da tutela do Estado em relação aos povos indígenas e para a implementação de programas, nos distintos níveis educacionais, que respeitam as especificidades do multilinguismo, da etnicidade e da interculturalidade. (pág 7)

As atribuições da CUIA estão pautadas na Resolução Conjunta nº 006/2007. Em sua atribuição:

- I – Proceder a discussão e, a avaliação e propor a adequação dos instrumentos legais do processo seletivo;
- II – Realizar integral e anualmente o processo seletivo específico e interinstitucional, elaborando e apresentando relatório conclusivo;
- III – Acompanhar pedagogicamente os estudantes indígenas nas universidades nos seus respectivos colegiados de cursos;

- IV – Avaliar sistematicamente processo geral de inclusão e permanência dos estudantes indígenas nas universidades;
- V – Elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo os estudantes indígenas e suas respectivas comunidades;
- VI – sensibilizar e envolver a comunidade acadêmica acerca da questão indígena;
- VII – Buscar diálogo, integração e parcerias interinstitucionais.

A composição da CUIA é constituída por até três membros de cada uma das universidades públicas, sediadas no Estado do Paraná, indicados pelos respectivos Reitores, mediante perfil que contemple experiência em educação intercultural, em ensino, pesquisa e extensão com populações indígenas ou tradicionais comprometimento com políticas de inclusão.

O Vestibular Indígena possui alternância para sua realização, ou seja, cada ano é realizado numa universidade das que compõem o quadro atual: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Paraná (Unespar/campus Fafipar), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/campi Santa Cruz, Irati, Laranjeiras do Sul e Pitanga), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Facea) e Faculdade de Artes do Paraná (FAP).

No Paraná já foram realizados 11 vestibulares específicos que participam candidatos indígenas de várias etnias oriundos de outros Estados. Inclusive neste ano de 2012 a UFPR sediará o XII Vestibular dos Povos Indígenas.

A UFPR destina dez vagas suplementares dos cursos ofertados, para serem disputadas exclusivamente por indígenas integrantes das sociedades indígenas no Brasil. Já as universidades públicas estaduais reservam seis vagas suplementares cada uma, para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas do Paraná.

No dia 15 de outubro de 2012 o governo federal publicou o decreto que regulamenta a Lei de Cotas na universidades federais. As universidades públicas federais devem reservar, no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas entre negros, pardos e indígenas. Em anexo se encontra os pareceres com a redação final do

projeto de Lei da Câmara que trata sobre o assunto.

5. A PRESENÇA DA MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Na UFPR, no ano de 2012, estão matriculados aproximadamente 37 estudantes indígenas, sendo que 9 estão matriculados em cursos da UFPR – Setor Litoral. Os estudantes indígenas matriculados na UFPR, pertencem às etnias: Guarani, Kaingang, Terena, Tucano entre outras. Na UFPR – Setor Litoral 3 estudantes concluíram cursos de graduação.

Os cursos mais procurados pelas estudantes indígenas são na área de saúde. Para melhor ilustrar, segue a tabela abaixo com os dados correspondentes das estudantes da UFPR.

ALUNA	CURSO	
Luciene Paiva Flores	Medicina	Formada
Caritiana Pasqualina Salles Ribeiro	Enfermagem	Transferência
Eva Simone da Silva	Medicina	Formada
Morgana de Freitas Pandofo	Medicina	Formada
Tenile Mendes	Odontologia	Formada
Gezanilda dos Santos	Odontologia	Formada
Naiara Yusy Dolabella Sampaio	Direito	Cursando
Diana Nascimento	Gestão Ambiental	Cursando
Gennis Martins Timoteo	Ciências Sociais – Serviço Social	Cursando
Juçara de Souza	Pedagogia	Desistente
Bruna Tainá Po-Tanh Paliano	Nutrição	Desistente
Giselen Zamboni	Odontologia	Cursando
Jucelaine da Costa Antunes	Direito - Outro	Cursando
Angela Cristina Sales	Administração-Direito	Cursando
Indiamara Saliene Mendes	Biomedicina - Medicina	Cursando
Mônica de Freitas Pandolfo	Engenharia Civil	Cursando
Natana Belino	Terapia Ocupacional - Enfermagem	Cursando
Natasha Krig Si Manoel Antonio	Fisioterapia	Cursando
Renata Silvana Daka	Biomedicina - Direito	Cursando
Roseli Loureiro de Melo	Farmácia - Fisioterapia	Cursando
Gislaine da Costa Antunes	Gestão Ambiental	Cursando

Fonte: NAPA/NUEI/CEPIGRAD/PROGRAD/UFPR

Na UFPR – Setor Litoral os estudantes indígenas matriculados estão presentes nos cursos de: Agroecologia, Fisioterapia, Gestão Ambiental e Serviço Social e pertencem às etnias Guarani e Kaingang. Do universo de 9 estudantes indígenas na UFPR – Setor Litoral 6 são mulheres. Na tabela abaixo segue o curso optado pelas mulheres indígenas da UFPR – Setor Litoral.

ALUNA	CURSO
Diana Nascimento	Odontologia - Gestão Ambiental
Gennis Martins Timoteo	Ciências Sociais – Serviço Social
Gislaine da Costa Antunes	Gestão Ambiental
Jucelaine da Costa Antunes	Direito - Fisioterapia
Natasha Krig Si Manoel Antonio	Fisioterapia
Roseli Loureiro de Melo	Farmácia - Fisioterapia

Fonte: CUIA Local/ UFPR- Setor Litoral

Torna-se importante apresentar de forma resumida o Projeto Político Pedagógico – PPP da UFPR Setor Litoral para que possamos conhecê-lo e entender o fato do diferencial que em muitos casos faz com que algumas-alguns indígenas optem pela mudança de setor e curso dentro da UFPR. O

Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral prevê a promoção da educação pública integrada, visando o desenvolvimento sustentável de toda a região litorânea do Paraná. A proposta pedagógica da UFPR Litoral é baseada em projetos e desenvolvida junto às comunidades locais, buscando contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural. Isso propicia uma forte interação entre a comunidade da UFPR Litoral e a comunidade litorânea na construção de um novo ciclo de desenvolvimento regional.

Os estudantes devem ser formados de modo que possam contribuir na retomada do crescimento social e econômico regional. Para isso, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são realizadas de forma integrada, uma vez que o acesso ao conhecimento científico é proporcionado de forma vinculada às necessidades da comunidade local.

Esta proposta está traduzida em uma organização curricular diferenciada. Ao invés de disciplinas, os estudantes cursam módulos, cuja estrutura é mais flexível e aberta a atender as demandas de cada turma. As atividades de Integração Cultural e Humanística e os Projetos de Aprendizagem completam o currículo. Sendo assim, são três os grandes eixos de aprendizagem:

- Fundamentos Teóricos e Práticos (FTP)
- Projetos de Aprendizagem (PAs)
- Interações Culturais e Humanísticas (ICH)

Outro espaço de extrema importância na vivência pedagógica e social das(os) estudantes indígenas na UFPR – Setor Litoral é o Laboratório de Interculturalidade e Diversidade (LAID).

O Laboratório de Interculturalidade e Diversidade (LAID) é uma referência física e pedagógica para as comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e pescadores, onde são desenvolvidas ações educacionais de ensino, pesquisa e extensão. Atividades que, em sua totalidade, abrangem os diferentes espaços curriculares expressos no projeto político-pedagógico da UFPR Litoral.

Esse espaço está comprometido com os interesses coletivos, com a concepção da educação enquanto uma totalidade, com a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade, na ética capaz de transformar a realidade, no desenvolvimento sustentável das coletividades, territórios e ambientes situados na abrangência do complexo estuarino-lagunar do litoral do Paraná e Vale do Ribeira.

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no LAID envolvem equipes interdisciplinares e interculturais, sendo abertos a participação de todos interessados.

Para uma aproximação da problemática que orienta o presente trabalho optei por uma metodologia que combina a análise bibliográfica com dados de estudantes indígenas da UFPR, cotejando ainda com entrevistas realizadas com 6 mulheres que cursam graduação no Setor Litoral da UFPR.

5.1 AS FALAS DAS ESTUDANTES INDÍGENAS E SUAS PERSPECTIVAS

O presente tópico tem o objetivo dar espaço às falas das estudantes indígenas da UFPR – Setor Litoral e suas perspectivas, *pois essas mulheres colaboram com esta pesquisa*. Foram realizadas entrevistas com as 6 estudantes indígenas presentes neste Setor.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, na qual no primeiro momento as estudantes respondiam por escrito aos questionamentos: 1) O que significa a formação-trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade? 2) Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade? 3) Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica? e no segundo momento eram feitos os mesmos questionamentos, entretanto de forma oral para que elas pudessem responder oralmente e com a devida autorização suas falas foram gravadas.

ENTREVISTA 1

Estudante Indígena: Diana Nascimento

ESCRITA

1) O que significa a formação - trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

Significa a conquista de um direito dos povos indígenas, resultado de muita luta das lideranças indígenas que desejam indígenas formadas para ajudar, apoiar na reevidenciação de outros direitos que nos mesmos saibamos como proceder e de alguma forma possamos ajudar nossas comunidades, cada um na sua área de conhecimento, porque quando você sai da sua comunidade para estudar, a comunidade fica esperando algum resultado que você volte e possa trabalhar, ajudar de alguma forma.

ORAL

Valéria- Diana, o que significa a formação trajetória ou a trajetória universitária na sua vida e na vida de sua comunidade!

Diana- Para mim é uma conquista, resultado da luta, das lideranças indígenas, não só do cacique, enfim, mas das pessoas que estão aí, sabe que saem das aldeias para fazerem essas reivindicações, direitos, depois de muita luta a gente conseguir bolsas, estar aqui na universidade, não só das lideranças indígenas mas de pessoas que gostam da causa, sabe, que estão sempre defendendo os povos indígenas, nas comunidades indígenas, os jovens não estão sabendo aproveitar essas bolsas, esta política afirmativa, sabe, da gente poder estar aqui, estudando e tal, é muito pouco o número de estudantes que saem para vir, e eu acho que nos principalmente as mulheres estarem aqui hoje é uma conquista

assim sem explicação, por que ainda nas comunidades indígenas as mulheres ainda estão naquela idéia das mulheres estarem abaixo dos homens.

Valéria- Submissão!

Diana- Submissão, aí até a gente estar aqui sabe, eu estava conversando com a Fran assim, uma coisa que acontece, é de você chegar e os meninos assim nem ligarem, por você estar estudando, ela não vai querer casar comigo (risos), por um lado é uma conquista mas por esse lado incomoda um pouco. Então você chegar assim na comunidade de volta, a maioria das pessoas te vê com outros olhos, elas mesmo colocam na cabeça, que sei lá, você é melhor que elas, mas por outro lado é uma forma de você estar podendo também fazer alguma coisa pela comunidade indígena, por que quando o estudante indígena sai, eles já ficam esperando alguma coisa que você volte e possa trabalhar com eles, possa ajudar eles de alguma forma, como indígena, por que, como a Tenille por exemplo, um indígena trabalhando com um indígena é bem diferente, do que um branco atendendo, o índio digamos, para mim isso é uma conquista, as mulheres estarem aqui é uma vitória sabe, agente tá conseguindo respeito, conseguir que eles vejam sua capacidade principalmente na comunidade isso, perante os brancos é uma conquista maior ainda, agente estar aqui.

Valéria- E você comentou sobre o fato do impacto da comunidade para o casamento, isso também incomoda vocês mulheres virem para cá e depois voltar para lá.

Diana- Incomoda.

Valéria- Essa dificuldade para com o relacionamento...

Diana- A maioria das meninas que saem assim..., porque lá eles casam muito cedo, aí você chega e todos os meninos da sua idade já se casaram, o numero de meninos que saem das aldeias é muito menor, automaticamente você saiu da aldeia você demora mais para casar, aí como os meninos como não nos acompanham (risos), aí acabam casando lá, daí agente fica sozinho, aí o que resta é sair e ir para outras aldeias(risos).

Valéria- Ter uma certa afinidade nos estudos ou encontrar alguém aqui.

Diana- Mais daí tem um certo impacto, tipo casou com branco não pode voltar para a aldeia.

Valéria- Mas dai se você encontra um outro indígena que está estudando aqui, colegas indígenas homens e mulheres.

Diana- Os meninos também voltam, mas dai as meninas já estão..., para homem é bem mais fácil.

Valéria- E assim por exemplo você, se você casar com um não índio “um branco” vai ser difícil você retornar para lá, mas ele pode te acompanhar para lá ou não?

Diana- Não, pode acompanhar tipo, mas se for para morar não.

Valéria- Se um homem sair e se apaixonar e ficar com uma branca aqui e quer levar ela para a aldeia... não?

Diana- Antes podia, o homem levar a branca para a aldeia depois de muita briga assim eles mudaram as leis internas.

Valéria- Então agora não tem como mais.

Diana- Agora não pode mais, casou com branco tem que morar fora da aldeia, pode trabalhar dentro da área mas morar não pode e nem seus filhos serão registrados como indígenas.

Valéria- Nesse caso a Tenile é casada com um indígena?

Diana- Com um branco.

Valéria- Com um branco.

Diana- ela conheceu aqui.

Valéria- ela esta fora da aldeia e trabalhando na aldeia.

Diana- trabalhando na aldeia.

Valéria- e o filho dela por exemplo não pode ser registrado como indígena?

Diana- Não, é triste.

Valéria- é difícil, difícil né mas isso faz parte dos impactos dessa saída de vocês. Que pode propiciar que vocês acabem tendo contato com outras pessoas e de repente tanto os homens quanto as mulheres se apaixonarem por pessoas de fora.

Diana- é... de fora ou outros indígenas que estão na mesma situação.

Valéria- é quando são dois indígenas pode ter a tranquilidade da volta.

Diana- é pode voltar.

Valéria- quando isso não acontece pode ficar um pouquinho mais difícil.

Valéria- é então para você, como você falou então foi uma ruptura mesmo, algo muito importante e impactante.

Diana- a maioria dos homens conseguem *se ajeitar*.

Valéria- com certeza.

Diana- nossa como é que pode, as vezes assim certas culturas serem tão difíceis e as mulheres assim

Valéria- na verdade sabe o que eu penso, que não é muito diferente nessa cultura ocidental, apesar da mudança... mas quantos anos, quantos anos.

Diana- tem homem assim que meu Deus não entra na cabeça.

Valéria- tem que trazer autoras-autores que falam sobre isso, relação de poder, machismo.

Diana- até parece que não, mas aí você...

Valéria- nós no século XXI e o que mudou lá, lá com vocês? Mas muita coisa não muda, muitas mulheres estão lá e não vão sair e não vão ter essa “oportunidade”, nem conseguem ter esse olhar, as vezes elas podem se assustar, é difícilimo.

Diana- Até as mulheres já tem esse pensamento.

Valéria- É você vê que está intrínseco na própria sociedade, nas mulheres, por que é difícil, e quem se propõe em fazer algo diferente, vocês que saem de lá e a gente aqui que enfrenta essa sociedade machista, nossa é uma coisa assim fantástica!

Diana- Até esses dias eu estava conversando com a minha irmã, por que a gente tem cinco sobrinhos, ai tem duas que querem muito estudar, sabe já esta nos planos assim, por que o pai delas é assim, ai a outra nossa é muito inteligente, sempre foi inteligente

assim, nunca pegou exame em nada, a gente esperava, tá aí esses dias agente comentando sabe, tinham falado para minha sobrinha que ela ia casar, com o primeiro cara que ela acha-se, se não ela ia ficar que nem as tias, solteirona sabe (risos).

Valéria- Não, e quem vê também pensa que a gente não acaba sofrendo (sendo difícil), pois quando você faz uma escolha de ir para uma graduação, tem pessoas e pessoas, eu por exemplo não consigo conciliar com a vida pessoal, já tive namorado, mas para casamento ainda não deu certo, por que daí você vai querendo conquistar outras coisas, você tem planos e isso também não significa que você nunca vai se casar.

Valéria- mas enfim, Diana agradeço sua atenção e suas palavras.

ENTREVISTA 2

Estudante Indígena: Gislaine da Costa Antunes

ESCRITA

1) O que significa a formação trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

A partir do nosso ingresso na universidade ocorre muitas mudanças desde casa, comida, a convivência com familiares, mas temos o apoio da família e comunidade, pois saímos da aldeia com a propósito de voltarmos com uma formação para que possamos ajudar a todos.

2) Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade?

Não sinto diferença pois sou tratada da mesma maneira por todos, porém sinto que tendo uma formação posso ajudar minha aldeia, ou de uma maneira de outra fazer a diferença.

3) Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica?

Pelo fato de ser mãe minha trajetória é um pouco diferente pois algumas vezes tenho que levar meu filho nas aulas, mas não vejo isso como obstáculo pelo contrário me

incentiva, é um bom desafio, outro desafio é aprender outras línguas as quais o curso exige.

ORAL

Valéria - Gislaine, conte para mim um pouquinho sobre sua formação, sua trajetória dentro da universidade, e qual o impacto disto para você e para tua comunidade.

Gislaine - Na verdade é assim ó, como eu tive filho pequeno, então eu acabei quase desistindo, tipo eu tive filho com dezessete anos, eu acabei quase desistindo de tudo, mas aí minha mãe não deixou eu parar, eu tive ele quase no segundo ano do Ensino Médio, minha mãe fez com que eu continua-se, ela cuidava dele para mim, foi bem complicado. Prestei o vestibular o primeiro ano, não passei, prestei o segundo, aí consegui e assim meu pai me dá muito apoio, tipo meu filho foi bem complicado sair de casa, já que meu pai estava bem acostumado com ele (filho Guilherme), tipo assim até hoje nós nos conversamos todos os dias por que ele quer saber do Guilherme, foi bem complicado sair de casa assim ter que sair de casa depois de eu já ter tido o Guilherme, pois estou longe da família e meus pais também são bem apegados com o Guilherme também. Mas foi tipo assim com bastante apoio sabe, ajudam agente no que agente precisa, estão sempre preocupados em saber como é que a gente esta, a comunidade também, a gente chega na comunidade, tipo agente vê que fica todo mundo, aí que legal elas estão fazendo Faculdade numa Federal, sabe é bem legal, tipo tem bastante gente que vem para você dizendo aí quando eu terminar o Ensino Médio, eu também quero fazer uma Faculdade, eu também quero fazer que nem você, eu quero prestar vestibular .é bem nossa, estou adorando, não, não é assim, na verdade o curso que eu queria esta em Curitiba que é medicina veterinária, mas pelo fato de eu ter o Guilherme, e aqui ser uma cidade mas calma mais tranquila para eu criar ele eu acabei optando por Gestão Ambiental, que é assim uma coisa na área que eu gosto, pelo fato de eu ter me criado desde quando eu nasci, assim dentro da aldeia, e é também uma coisa que eu posso ajudar dentro da aldeia, tipo que no meu ver eu posso ajudar dentro da aldeia o meu povo, e tô e vou até o fim, quero voltar para lá para ajudar.

Valéria- E como você se sente? Sendo uma mulher indígena dentro da universidade, é um desafio para você? É um desafio para as mulheres saírem da sua aldeia, da sua comunidade ?

Gislaine- É por que sim, tipo mais tem bastante gente que acaba se casando nova, eu também acabei casando e tendo filho bem nova e assim quando eu fiz vestibular eu tentei tipo assim tem colegas minhas indígenas que também tiveram filhas novas, que eu tentei assim, a vamos fazer o vestibular sabe, fui convidei, e sei lá as vezes por não ter o apoio dos pais, por que eu tenho filho eu vou ter que casar, tenho que ficar na aldeia. E eu sei lá, pelo incentivo dos meus pais eu passei a pensar diferente, não é por que somos índios temos já que nos submeter de ficar na aldeia assim restrito ao o que nos é oferecido vem que a gente tem chance de entrar nas universidades fazer um curso que passamos entra e voltar para a aldeia para da ir ajudar, tentar ajudar levar cada vez mais profissionais indígenas.

Valéria- E quais os desafios que você encontrou nesta sua trajetória acadêmica, foi desafiante: foi fácil, foi difícil?

Gislaine - Um dos desafios foi por causa do meu filho,e eu tenho um irmãozinho de um mês mais novo que meu filho , foi bem mais complicado eu cuidava dele direto por que minha irma saiu de casa um ano antes dele ter nascido, aí eu fiquei muito apegado a ele o meu filho ficou muito apegado a ele, foi bem complicado ter que sair de casa após ter tido um filho, adaptação esta semana eu estou trazendo ele junto nas aulas, pelo fato de não ter conseguido creche aqui para ele, nem vaga só ano que vem, é complicado, adaptação já optei por fazer aqui um curso que me agradasse, para mim pelo de ser mais calmo para mim conseguir conciliar a faculdade e ficar com meu filho mais assim é complicado é difícil, ainda é difícil mas fazer o que vamos enfrentar vamos até o fim .

Valéria- Mas você esta feliz com sua escolha?

Gislaine- Estou feliz.

Valéria- E a universidade? O que a Universidade Federal trouxe para você?

Gislaine - A possibilidade... a eu vejo assim que a universidade esta me trazendo um jeito diferente de ver, superar obstáculos, quero muito terminar este curso e se eu tiver condição quero prestar vestibular de novo, e quero fazer o curso que eu gostaria de fazer sabe, por que agora pelo fato do meu filho estar pequeno ainda não quero forçar a barra, e quero continuar, voltar para a aldeia quero ajudar,a universidade esta me ajudando bastante.

Valéria- Ser forte, enfrentar os desafios.

Gislaine- Esta me ajudando a enfrentar bastante os desafios me mostrando que temos que enfrentar os obstáculos você não pode parar no primeiro que aparecer, tá sendo bem complicado, mas vamos até o fim.

Valéria- Vai ser recompensada. Obrigada Gislaine por suas palavras, obrigada!

ENTREVISTA 3

Estudante Indígena: Jucelaine da Costa Antunes

ESCRITA

1) O que significa a formação trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

A partir da entrada na Universidade, a família e a própria comunidade passa a dar total apoio, por acreditarem na mudança que um indígena formado pode trazer para a comunidade, o quanto é importante os conhecimento adquiridas para benefícios da comunidade.

2) *Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade?*

Apesar de não haver mais todo aquele preconceito com a relação a saída da mulher indígena do berço familiar, os desafios ainda são muitos, os preconceitos acabaram, mas os desafios não. O fato de ter que sair da comunidade onde fui criada, ficar longe da família ainda é difícil.

3) *Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica?*

O maior desafio foi o fato de ter que acostumar longe da família, ter que viver em um lugar totalmente desconhecido.

ORAL

Valéria- Jucelaine o que significa a formação ou a trajetória universitária na sua vida e na vida de sua comunidade?

Jucelaine- Acho que vem mudando já ainda a comunidade indígena ainda é muito carente por profissionais indígenas, a gente vê que a maioria dos profissionais da saúde, da educação são todas pessoas de fora, que vem e a partir do momento que então profissionais indígena, as mudanças vão ser maiores, as pessoas sentem mais confiança e sentir mais a vontade.

Valéria- E para você como você se sente sendo uma mulher indígena dentro da universidade?

Jucelaine- Apesar do preconceito dentro da comunidade, o fato da mulher estar dentro da universidade, não é mais aquele tabu, ainda é difícil, por que deixar família sair de lá, é muito complicado, um lugar novo, conhecer pessoas novas, você ter que se acostumar em lugar assim, e hoje para a mulher é mais difícil, por que a mulher sempre está mais próxima da família, acho que é um dos principais desafios, que eu enfrentei aqui, para mim foi esse.

Valéria- É diferente de um homem estar aqui? Para vocês é ainda mais desafiante?

Jucelaine- Ainda é mais desafiante, por que assim, dentro da comunidade nunca foi essa a minha vontade, tem muitas meninas que ficam confusas e com 16 anos acabam casando, e querem uma família, então para muitas pessoas esse é um grande desafio, abandonar a família, e não constituir uma família para sair é complicado.

Valéria- Pelo menos nesse momento, pode-ser que futuramente você queira ou não tente continuar?

Jucelaine- Claro! Eu acho que na maioria das vezes este é o desafio.

Valéria- E o que você pensa disto tudo? Em termo de estudo dentro da universidade, quer continuar? Quer fazer uma Pós?

Jucelaine- Eu quero continuar e ao mesmo tempo quero volta para a comunidade eu quero tentar estudar e mudar a realidade, porque mesmo a comunidade tendo saúde, tendo educação, mesmo tendo pessoas trabalhando lá dentro, ainda tem muita dificuldade, muita coisa deixada de ser feita, e eu espero realmente sim poder voltar para lá e ajudar assim no que eu puder, e eu acho que é a esperança de todas as pessoas que estão lá, é que a gente volta para lá e consiga, faça alguma coisa, arrume alguma coisa lá dentro, isso é o que todo mundo esperam lá.

Valéria- E qual curso você faz aqui na universidade?

Jucelaine- Fisioterapia.

Valéria- E quais foram os desafios que você encontrou na sua trajetória ? Você iniciou um outro curso em Curitiba isso? Conte um pouco.

Jucelaine- Sim eu comecei quando eu prestei o vestibular, aí eu optei por Direito, só que em Curitiba foi mais complicado para eu me acostumar, eu estava sozinha, não tinha feito muitas amizades na faculdade, lá as pessoas são meio fechadas, foi mais complicado de acostumar não consegui me acostumar com o curso, aí eu optei por mudar para fisioterapia.

Valéria- E como esta sua adaptação aqui no litoral?

Jucelaine- Aqui é bem diferente né, você vê que aqui as pessoas, a universidade te dá mais opções, a forma de ensino é diferente é mais fácil a adaptação.

Valéria- E como você acha que a tua comunidade, os teus pais a tua própria comunidade te vê você saindo para fora? Como é isso da parte deles, é receptivo da parte deles ou não?

Jucelaine- Para mim foi sempre sossegado, meus pais sempre deram a maior força, nunca me falaram tem que casar tem que ter filhos, não, eles sempre me empurraram, vai estudar, vai fazer tua vida , por que não tem como ficar ali parado no tempo, se casar e depois de dois ou três anos ter dois ou três filhos, não era isso que eu queria para mim.

Valéria- Sei, e não era isso que você queria para você!

Jucelaine- Não era isso que eu queria também, então foi isso que me incentivou mais, foi eles (pais), a comunidade também sempre me apoiou.

Valéria- Por exemplo hoje você também pode chegar aonde outras mulheres também, possam fazer essa escolha que você fez?

Jucelaine- É também para que elas possam vir e prestar o vestibular e entrar na universidade.

Valéria- Para você então toda essa experiência é válida?

Jucelaine- Sempre né.

Valéria- Então eu agradeço, obrigada!

Jucelaine- De nada.

ENTREVISTA 4

Estudante Indígena: Gennis Martins Timoteo

ESCRITA

1) O que significa a formação trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

A trajetória universitária é uma conquista para mim e para minha comunidade, é mais uma barreira do preconceito que foi quebrada. A universidade é uma forma de mostra aos outros povos não-índios que nos como indígenas também temos capacidade de ser alguém na vida.

2) *Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade?*

Eu como uma mulher indígena dentro da universidade me sinto orgulhosa por tamanha conquistas pois na minha etnia são poucas mulheres que frequentam o mundo universitária dificilmente se vê mulheres guaranias estudando. Até por que elas gostam mesmo e de ficar em casa cuidando da família e da casa e os estudos são deixados de lados. Eu tenho a certeza que com a minha entrada na universidade muitas mulheres guaranias mudaram seu modo de pensar e agir também, e com isso muitas estão também se esforçando para ter um bom estudo também. Eu acho que servi de exemplo para algumas mulheres.

3) *Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica?*

Os desafios que encontrei foram muitos tantos físicas como emocionais, não foi nada fácil chegar onde cheguei.

Houve momentos que pensar em desistir da universidade foram pensamentos frequentes. Mas tive força de vontade para me manter aqui onde estou agora.

ORAL

Valéria- Gennis eu queria que você fala-se um pouquinho sobre o que significa a sua formação ou trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

Gennis- Como eu escrevi aí (formulário), é mais uma grande conquista que nos conseguimos ter, até por que a maioria dos índios não tem o costume de estudar de sair de sua aldeia para entrar na faculdade, então para mim é uma vitória que eu consegui

Valéria- E isso foi um desafio para você, me fala um pouquinho, quais foram os desafios que você encontrou na sua trajetória?

Gennis- Nossa falar de desafios são muitos, o primeiro desafio foi o vestibular, até porque eu fiz o vestibular em Londrina saí do meu estado para vir para cá que é longe, aí eu tive que gastar dinheiro do meu bolso, tudo do meu bolso, aí eu ate fui para o vestibular com o meu marido.

Valéria- Qual é o seu Estado?

Gennis- Santa Catarina, Biguaçu, eu moro na aldeia Biguaçu, dai a gente foi, isso foi um desafio, a outro desafio foi me mudar de lá para cá de repente, aí trazer minha família, minha filha, em Curitiba, o outro desafio é morar na cidade um lugar bem diferente , você sai de um lugar calmo para Curitiba, que é um lugar bem agitado e cheio de problemas, i são tantos problemas que se eu for contar.

Valéria- E me fale um pouco sobre sua mudança, você começou um curso em Curitiba como é que foi? Aí você resolveu vir para o litoral?

Gennis- Foi assim ó, ai eu morava em Curitiba, com minha família, meu marido e tudo, aí a gente se separou, ele fazia faculdade também lá em Curitiba, ele fazia pedagogia dai ele foi embora para Biguaçu, e eu fiquei com a minha filha, e o curso que eu sempre quis fazer, era Serviço Social, só que como ele estudava lá desde 2008, e eu entrei em 2009, eu fui fazer Ciências Sociais, que era um curso, que eu também queria fazer, dai como ele foi embora e eu passei por vários problemas lá, “stress” da cidade e tudo, e eu estava com a minha filha pequena lá, eu resolvi vir para o litoral, e foi a oportunidade que eu achei para vir para cá.

Valéria- Fazer o curso que você queria?

Gennis- Fazer o curso que eu queria desde o começo

Valéria- Você esta feliz hoje?

Gennis- Hoje eu estou feliz, aqui né, por que lá (Curitiba) nossa é tanto “stress”, tanta coisa a separação foi bem horrível também.

Valéria- E aqui agora está você e sua filha?

Gennis- Sim está eu minha filha e mais um filho que eu tive, então estou tentando superar as coisas horríveis que eu passei em Curitiba, ai vim para cá e estou feliz aqui, estou fazendo o curso que eu queria desde o inicio, mas pretendo ainda acabar o curso de Ciências Sociais que era o meu curso antigo.

Valéria- A você então pretende voltar, e finalizar?

Gennis- Quando eu acabar esse, pretendo voltar para acabar o outro.

Valéria- É depois retornar para a aldeia indígena?

Gennis- Claro com certeza, porque a maioria dos estudantes não retorna a terra indígena.

Valéria- E assim eu queria que você me falasse um pouquinho, como você se sente sobre o fato de você ser uma mulher indígena, é um desafio maior sendo mulher como a aldeia a comunidade vê isso, como que foi para você, você saiu com seu marido também?

Gennis- Sendo mulher indígena é um preconceito uma barreira que eu quebrei, por que dificilmente você vê uma mulher guarania indígena, na universidade, Kaingang você vê bastante, agora Guaraní é difícil, até por que elas gostam mais de ficar em casa cuidando da família, eu já não desde pequena eu já gostava de estudar, e minha mãe me incentivava bastante, então para mim foi uma barreira que eu quebrei, fora o preconceito das pessoas, dos homens indígenas.

Valéria- Que é bem forte?

Gennis- É bem forte até porque tinha o mito que as mulheres eram submissas aos homens, não é submissa é que elas são mais paradas, não são de sair para fora para trabalhar, eu fui bem ao contrario delas assim.

Valéria- É verdade, essa luta pela opressão da mulher na sociedade ocidental, da branca, da negra, da indígena é uma luta constante que a gente tem que ter?

Gennis- Até acho engraçado por que as outras mulheres indígenas vendo eu estudar, acho que servi de exemplo para elas, elas me perguntaram: Nossa você estudando? Estou, moro sozinha, faço faculdade, cuido dos meus filhos sozinha, nossa como você consegue, acho que servi de exemplo para elas, agora tem muita gente tentando a universidade e tentando fazer o vestibular indígena, vai ter um monte de mulher Guaraní até da minha comunidade, acho muito legal isso.

Valéria- Então você foi uma precursora que pode servir como exemplo para que outras também possam ter essa oportunidade.

Gennis- É porque é difícil até na minha comunidade as lideranças indígenas são de homens e as reuniões Guaraní são todas de homens, aí então eles perguntam de mim, aí eu digo que estou na universidade daí eles nossa você mulher indígena, aí muitos ficam de boca aberta sabe, nossa se todas as mulheres indígenas seguiu-se seu exemplo seria bom mas a maioria está seguindo.

Valéria- Ao mesmo tempo que é uma surpresa, é algo bastante bom e incentivador, o qual as pessoas se surpreendem de uma forma positiva, e que o seu caminho possa ser seguido.

Gennis- Mas isso é bom!

Valéria- Claro!

Gennis- Mais as mulheres indígenas guaranias, que especificamente estou falando.

Valéria- Ah, especificamente da sua etnia, a sim, ao longo da minha pesquisa, aqui dentro da própria universidade, das seis indígenas, cinco são Kaingang, é só você de mulher indígena na universidade da etnia guarani?

Gennis- Eramos em duas, mas daí a outra desistiu, era minha sobrinha, mas agora em Santa Catarina, entrou mais nas licenciaturas, lá tem mais famílias e bastante mulheres, mais por enquanto era só eu na universidade, de Guaraní na Federal era, e eu acho muito bom isso, das mulheres seguirem o meu exemplo é difícil ver um Guaraní, pode ir em

todas as universidades difícil encontrar um Guarani estudando, então me sinto uma coisa rara (risos).

Valéria- Ah, que legal é vitorioso mesmo! E assim, dos desafios que você encontra quais as dificuldades que você encontra aqui para cursar o curso na questão acadêmica, assim, você tem algum desafio que você encontra?

Gennis- Aqui eu não encontro muito desafios, até o preconceito aqui eu vejo que não tem muito igual lá em Curitiba.

Valéria- Lá você se sentiu mais?

Gennis- Não é que me senti assim, mas é que eu via que tinha um certo preconceito camuflado mais tinha, até mesmo no próprio curso de Ciências Sociais, que eu estudava Etnia Indígena lá, e o curso era para estudar o índio e mesmo assim tinha preconceito contra o índio até mesmo colegas meus faziam brincadeiras sem noção. Mas aqui em baixo é mais tranquilo. Eles ficaram um pouquinho assustados assim quando eu falei que era índio até ... sei lá a menina chegou para mim e perguntou se eu era índio e morava em casa assim normal. E tua casa tem fechadura, tem porta(risos), só que ela não falou por preconceito, é por que ela nos conhecia mesmo, quando falam que é índio as pessoas pensam, sei lá vivo no mato, chega ser até engraçado, a maioria é daqui, tem índio que, e eles não sabiam que tem índio aqui pelo menos os do meu curso não.

Valéria- Por isso a importância da a gente fazer e trazer esses pontos, para que todo mundo comece conhecer e compreender?

Gennis- Ainda mais a noite, porque de dia todo mundo sabe que tem índios estudando aqui, agora a noite não sabem eles ficavam assim nossa, como você veio para aqui, estudar aqui, achei aquilo um sarro, mas aqui não tem muito preconceito não.

Valéria- Aqui bom!

Gennis- E é mais “light”, estudar aqui, é muito bom esse curso que estou fazendo.

Valéria- Aqui bom quero te agradecer por tuas palavras Gennis, e que você continue trazendo toda essa força para as mulheres e homens indígenas.

Gennis- A minha comunidade esta torcendo para mim, e sem querer me gabar na minha comunidade quem não está na UFSC está na UFPR, até mesmo o cacique que acabou de se formar em Direito agora, então isso é incentivo para nós estudarmos.

Valéria- Que bom. Obrigada!

ENTREVISTA 5

Estudante Indígena: Roseli Loureiro de Melo

ESCRITA

1) O que significa a formação trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

A minha formação significa muito para mim, porque sempre quis fazer uma faculdade e depois de formada quero voltar para minha comunidade, porque eles precisam de um atendimento melhor, porque eu acho que quem entra numa universidade, é para mais tarde ajudar sua comunidade.

2) Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade?

Sendo uma mulher indígena me sinto guerreira pois muitos sonham de entrar numa faculdade. E a mulher indígena sente mais o que seu povo está precisando, e quero muito levar meus conhecimentos a comunidade.

3) Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica?

Foram muitos desafios, pois sair de uma comunidade indígena, não é fácil viver na cidade, foi muito difícil me acostumar, mas agora tá mais tranquilo. Estou me adaptando a morar na cidade, mais uma coisa não posso esquecer que minha comunidade esta me esperando, e é pra lá que vou depois de formada.

ORAL

Valéria- Roseli o que significa a formação e a trajetória ou a trajetória universitária? Na sua vida e na vida da sua comunidade? O que é que para você? Qual é o impacto que tem você vir para a universidade o que isso significa na sua vida? O que isso significa na sua comunidade? Como que você veio para cá? Conte um pouquinho da sua historia?

Roseli- Então eu sempre quis fazer uma faculdade, mas como é caro uma Faculdade Estadual né, eu tentei umas três vezes, porque foi bem difícil assim para passar, só que eu não desisti, eu ia continuando, tentando, tentando, teve uma hora que meu marido falou para mim, nossa você não vai mais tentar porque você só reprova e reprova, daí eu falei para ele, mas eu só tentei duas vezes e se eu tentar pela terceira vez, se eu não passar, ano que vem daí eu desisto mesmo, se eu não passar, daí depois você não vai mais, aí eu disse então tá bom, daí eu fui e consegui passar, com isso a gente vê que não tem que desistir na primeira tentativa sabe, seguir tentando até que você consegue passar, mas foi bem difícil se adaptar em Curitiba, porque eu fiquei em Curitiba fazendo Farmácia, eu fiquei lá porque era para mim vir para cá fazer Fisioterapia, só que daí não dava para eu descer aqui, claro que dava, só que o pessoal de lá falou que tinha que ficar fazendo o curso até agosto. Eu disse tá então tá bom, se fiquei em Curitiba, imagine você sair de uma comunidade indígena e daí ir em Curitiba, (risos) sofri demais, as vezes eu chorava e chorava assim querendo voltar para casa, e daí quando eu vim, minha família disse eu não acredito que você vai deixar a gente, porque eu morava bem pertinho da minha mãe, daí ela falou: fique com nós, mãe eu preciso estudar e trazer algo para a comunidade, aí eu morei seis meses em Curitiba, aí foi bem difícil, tu vê mesmo, entrar em uma faculdade, quando você tá lá na aldeia, você acha que é fácil mais é bem complicado, você ter que criar um e-mail, sabe eu não mexia muito assim com computador, imagina a dificuldade, as pessoas e tudo ter que enfrentar aquele trânsito eu não consigo ter paciência para estas coisas, daí ter que ficar ali, porque sete e meia a gente saía, chegava em casa umas nove horas da noite sabe, por causa do trânsito, daí isso me deixava bem nervosa, e daí o curso também era bem puxado sabe.

Valéria- E não era o curso que você queria?

Roseli- Não era o curso que eu queria!

Valéria- Era Fisioterapia?

Roseli- Era Fisioterapia! Daí, eu já não me esforçava tanto, sabe já à aquela coisa, há eu tenho que estudar já porque agora esse não é o curso que eu quero, daí eu comecei desanimar, eu ia voltar para casa, daí meu marido falou para mim: Não por que você sempre quis fazer faculdade, e agora você vai até o fim. Daí foi indo assim, aí em agosto eu já desci aqui para o litoral.

Valéria- Ele saiu da terra indígena com você? Você já era casada? Você casou nova?

Roseli- Bem nova.

Valéria- Com quantos anos você se casou?

Roseli- dezessete.

Valéria- dezessete, daí você saiu, e foi para Curitiba com o seu marido e daí veio para o litoral com ele, ele sempre tem te acompanhado?

Roseli- Sim, sempre, só que assim, lá na aldeia mesmo é difícil de um ..., porque a mulher já casa e já não quer mais estudar sabe, daí tinha umas índias lá que falavam para mim quando eu estudava no terceiro ano do segundo grau, ah porque você esta indo na aula se você sabe que não vai terminar, não vai fazer faculdade, sabe assim, falando para mim, aí eu pensava meu Deus eu quero mostrar para essas pessoas, que eu vou conseguir, aí elas falaram para mim a teu marido não vai deixar você estudar depois não sei o que, só que quando eu casei, eu falei para ele: eu só caso se for o que eu quero, é que você more perto da minha mãe e do meu pai, era bem assim, eles, o costume dos índios, é que quando casam a mulher vai com ele.

Valéria- Sim a mulher acompanha-o?

Roseli- Sim.

Valéria- Só que no seu caso foi ao contrário?

Roseli- Foi ao contrario, daí eu falei para ele não vou, bem quando o meu pai queria mudar daqui ele não foi, por causa de mim, ele queria ir e não foi para outro lugar. E agora porque eu vou com você! Daí ele falou para mim então tá, daí eu falei para ele e também eu quero terminar meus estudos e fazer a faculdade tu topa, ele falou: eu topo, antes de casar eu perguntei, aí se ele disse não, eu ia dizer não, porque eu quero estudar.

Valéria- Aí não iria ter casamento, não teria acordo?

Roseli- Não, aí o pessoal já fala nossa eles não tem filho, ela é a índia mais assim que caso, e já fazem seis anos que a gente caso, daí o pessoal fica pensando porque será que ela não engravida, porque as mulheres já engravidam quando casam, já engravidam daí ficam com um monte de filho, e eu não queria isso para mim eu quero estudar e seguir

para frente, daí eu vim para cá e me acostumei bem aqui, é calmo não tem muito trânsito e era o curso que eu queria.

Valéria- A questão da ansiedade no trânsito de Curitiba é difícil! Então tá eu queria que você me fala-se como você se sente sendo uma mulher indígena na universidade? O fato de ser mulher é diferente para você? Do que um homem vir para a universidade? Como a comunidade vê isso? Por exemplo você falou que eles ficam te cobrando ficam te questionando que você precisa engravidar isso te incomoda? Foi uma escolha que você fez, eu queria que você fala-se um pouquinho, em ser mulher e estar aqui?

Roseli- Eu do que o pessoal fala, eu não estou nem aí, não faz muita diferença, vendo uma mulher hoje, uma mulher sente mais o que o povo esta passando mais necessidade, o que que eles estão precisam.

Valéria- Sensibilidade!

Roseli- E o homem já não sei.

Valéria- É assim para a mulher talvez tenha mais objetividade, como você colocou, nessa questão da comunidade para o casamento muitas vezes é até uma ruptura um desafio maior no casamento, a mulher sair o esposo acompanhar e as vezes ao contrário, você sente que as vezes as pessoas falam?

Roseli- As pessoas falam sim.

Valéria- E é curioso porque teu marido também assumiu esta posição, pois ele já se casou com você sabendo que você queria isso?

Roseli- Mas o pessoal fica meio assim, aí como você foi com ela, e deixou o teu trabalho aqui, mas daí ele fala: pelo menos ela quer estudar, e eu não gosto muito de estudar, então eu tenho que dar força para ela.

Valéria- Vocês estão felizes na escolha que fizeram?

Roseli- Sim!

Valéria- E eu queria saber assim, você já falou um pouquinho... se você quiser relatar se tiveram outros desafios que você teve que enfrentar nessa trajetória acadêmica? Você

falou da mudança de Curitiba para o litoral, e o curso, como é o curso? Como é estar dentro de uma Universidade Federal?

Roseli- Aí a maior dificuldade assim, acho que eu tive foi a questão da comunicação da língua porque eu vim de uma aldeia que só falava Kaingang, aí você chegar numa Universidade Federal, sabe isso me atrapalhava, chegar falar com as pessoas é minha maior dificuldade.

Valéria- Falar, expressar e na escrita?

Roseli- Na escrita também por isso tenho que ler bastante, e artigo.

Valéria- Para desenvolver, às vezes é como aprender um língua estrangeira.

Roseli- E também lá só se fala Kaingang, e com o meu marido aqui eu só falo Kaingang, aí tive bastante dificuldade para me adaptar.

Valéria- Agora você já está mais a vontade?

Roseli- Agora eu to indo.

Valéria- Eu te agradeço Roseli, uma grande contribuição. Obrigada!

ENTREVISTA 6

Estudante Indígena: Natasha Krig Si Manoel Antonio

ESCRITA

1) O que significa a formação trajetória universitária na sua vida e na vida da sua comunidade?

Estar na universidade pra mim, significa um novo marco na história da população indígena. Significa que estamos dando um passo a mais na busca por melhoras em nossas comunidades em todos os aspectos seja: saúde, educação, lazer e direitos.

Significa que podemos e poderei contribuir de alguma forma com o desenvolvimento da comunidade, buscar ajudá-los.

2) *Como você se sente sendo uma Mulher Indígena dentro da Universidade?*

Não me sinto muito diferente das outras, acho que sou mais uma mulher buscando espaço, procurando aprimorar conhecimentos e lutar por objetivos e futuramente poder levar pra comunidade um pouco daquilo que aprendo aqui na universidade para contribuir à comunidade futuramente.

3) Quais os desafios que você encontrou nessa trajetória acadêmica?

De todos os desafios com certeza o mais difícil foi a distância, ficar muito longe de casa, longe da aldeia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as entrevistas e mesmo durante as leituras para esse trabalho não havia de fato compreendido a complexidade de um recorte de gênero, quanto mais no campo dos estudos indígenas. Foi apenas durante a transcrição de algumas das entrevistas gravadas, refletindo sobre o que as estudantes indígenas disseram é que comecei a notar o antagonismo intrínseco ao meu trabalho. Perguntas como: mas se estou partindo do princípio da descolonização, como lidar com uma afirmação que legitima justamente todo esse modelo de sociedade que também critico? Ou: Mas será que sou eu que estou partindo de um lugar romantizado sobre um ideal de índia ou índio, justamente o que estou criticando? Enfim, várias coisas que me colocavam em contradição e que levavam a um vazio epistemológico ou mesmo político me assolaram, de forma que, apenas buscando o pouco material que pude encontrar, que falava especificamente de gênero relacionado a questão indígena é que pude sentir que havia ainda um chão onde pisar. Encontrei esse material intitulado *O Papel Político na Organização Social Kaingang*, inclusive bem reduzido, na revista *Fazendo gênero*, da UFSC. Nele, a autora Cinthia Creatini Rocha, afirma:

...pode-se dizer que uma visão quase consensual na literatura antropológica sobre os Jê Setentrionais indica que as mulheres estão relegadas à esfera doméstica, enquanto os homens monopolizam a esfera pública que remete tanto a vida ritual quanto às atividades político-jurais. Da Matta ilustra tal tendência (Lea, 1994:89-90). Entre os Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) esta mesma tendência também tem sido utilizada com insistência sendo ao “privado” atribuída a presença feminina e ao “público” a masculina. Fernandes (2003) salienta que às mulheres cabem as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, mesmo quando participam ativamente do trabalho agrícola e do comércio das peças artesanais produzidas, enquanto que aos homens Kaingang estariam destinados os papéis de liderança, de decisão e de assuntos políticos. (ROCHA, 2010, pág 1)

Isso remete ao que BEAUVOIR (1980), em seu livro “O Segundo Sexo” aponta, que mulheres educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado; assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais.

É recorrente na fala de várias indígenas elementos que corroboram a afirmação acima. Por exemplo, quando questionada sobre como se sente sendo uma mulher indígena na Universidade, uma das entrevistadas diz o seguinte¹²:

Eu como mulher indígena dentro da universidade me sinto orgulhosa por tamanha conquista pois na minha etnia são poucas mulheres que frequentam o mundo universitário dificilmente se vê mulheres guaranias estudando. Até porque elas gostam mesmo e de ficar em casa cuidando da família e da casa e os estudos são deixados de lado. Eu tenho a certeza que com a minha entrada na universidade muitas mulheres guaranias mudaram seu modo de pensar e agir também, e com isso muitas estão também se esforçando para ter um bom estudo. Eu acho que servi de exemplo para algumas mulheres.

Este trecho é muito paradigmático para o que estou aqui sugerindo, a saber, que apesar de haver uma certa tradição que naturaliza o papel da mulher indígena, existe uma abertura para que outras mulheres indígenas mudem de ideia em relação ao papel que se espera delas. A estudante confirma o que Rocha(2010) escreve sobre essa divisão de gênero, porém mostra que a mesma não é estática. É, ao contrário, contingente e aberta à mudanças. É o que notamos quando a entrevistada enfatiza que “tem a certeza” que serviu de exemplo para outras indígenas.

É nessa direção que aponto, qual seja, que uma vez que as próprias indígenas expressam o desejo e afirmam que a mudança é positiva, não cabe a mim ou outra pessoa que não faz parte desse contexto específico, sugerir o contrário. Esse gesto de “desobediência” à norma, que seria a de seguir a trajetória hegemônica socialmente esperada é em si um ato político, uma resistência à maternidade compulsória e a uma existência relegada à esfera privada, como já colocado acima. Este trecho da entrevista também vai de encontro com esta outra afirmação de Rocha sobre o referencial (o modelo ortodoxo dos papéis de gênero) :

Tendo este referencial em mente e tentando contrapô-lo aos dados observados, certamente é consenso que uma suposta complementaridade entre os gêneros não dispensa assimetria - homens e mulheres Kaingang possuem atribuições distintas em suas redes cosmológicas, sociais e políticas. Porém, cada vez mais, percebe-se que a distinção entre dois domínios separados não abarca a complexidade da vida indígena - de mulheres e homens, independentemente, que assumem papéis importantes na constituição e formação de grupos extensos(...) Nesse sentido, os Kaingang também possibilitam interessantes reflexões tendo em vista a atuação “efetiva” de algumas mulheres na dimensão socio-política de organização, formação e manutenção dos grupos. (ROCHA, 2010, pág 1)

¹² Os trechos estão aqui reproduzidos exatamente da forma como estavam escritos nas fichas.

No artigo de GRUBITS, HARRIS, PEDROSO (2005) intitulado “Mulheres indígenas: poder e tradição”, as(os) autoras(es) também chegaram a conclusões parecidas e ressaltam principalmente o fato de que, tanto a pressão social quanto as próprias políticas do Estado agindo como ente normalizador, transformam consideravelmente as estruturas familiares das e dos indígena, de forma nem sempre catastrófica e negativa, como querem as e os que insistem em uma naturalização dos papéis sociais indígenas e que acabam eternizando um passado que há muito deixou de existir. Segundo as e os autores desse estudo:

A partir dos casos e situações expostos sobre as diferentes realidades que encontramos dentro dos referidos grupos indígenas, podemos realizar algumas reflexões, relacionando as situações à discussão de gênero. De forma geral, pode-se dizer que está ocorrendo um processo amplo de mudança interna nas comunidades indígenas, resguardando porém tradições e características sociais e culturais relacionadas com as estruturas familiares e sociais de cada grupo estudado e de sua identidade. Podemos afirmar que, embora estas comunidades representem etnias que diferem muito entre si, em todos os aspectos, embora vivenciem isso de forma diferenciada, há um processo de mudança imposto pelo que vem de fora destas comunidades e diz respeito à sociedade nacional envolvente e à política nacional voltada aos povos indígenas realizadas pelo Estado. (GRUBITS, HARRIS PEDROSO 2005, pág.7)

Por fim, reforço que esse trabalho foi apenas uma tentativa de aproximação de um tópico-objeto extremamente complexo como foi possível perceber. Tanto por razões políticas quanto culturais, procurei reconhecer os vários fatores identitários que ora conferem privilégio, ora nos inferiorizam quando a questão é uma disputa pelo saber, especialmente em sua forma ocidental e acadêmica.

Reconheço que o projeto político-pedagógico da UFPR Setor Litoral e espaços como o LAID propiciam que as políticas públicas indígenas possam ser pensadas, fomentadas e vivenciadas com o cuidado a alteridade indígena e possam ser seguidos como exemplo.

O recurso da noção de interseccionalidade facilita esse difícil acesso à alteridade indígena, sobretudo no que diz respeito ao recorte de gênero. Para tanto utilizei da própria agência que perpassa a fala tanto das estudantes indígenas quanto de mulheres indígenas que trazem na autoridade e legitimidade e suas lutas políticas, um posicionamento que, como pudemos notar dimensiona com a luta das mulheres ocidentais em especial dos feminismos.

Nesse sentido, fica a audácia de uma sugestão de resistência política que parte da ideia de um feminismo híbrido, que não naturaliza nem os discursos médico-biológicos nem legitima os determinismos culturais que reiteram a “hiperíndia”.¹³

Reconheço que com esta opção, este trabalho poderá cumprir o papel de instigar a universidade-acadêmia, a comunidade indígena, enfim todas as pessoas (que se interessam) a pensar sobre a presença, significância e importância da indígena nesse meio.

Reintero que esta pesquisa se preste a subsidiar novos estudos, mais abrangentes e diversos e, por conseguinte, os resultados aqui obtidos sejam utilizados como contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisa neste campo.

Trata-se de um assunto complexo e que instiga a discussões e aprofundamento do tema, sendo assim este estudo possibilita novos questionamentos e linhas de pesquisas futuras.

¹³ Assim é o índio do circuito de muitas entidades de apoio ao índio. Desde a profecia frustrada de Darcy Ribeiro, corri seu “índio genérico”, prisioneiro da guerra do contato e etnicamente oco, passando pelos anos dourados de labuta na forja que fundiu a consciência pan-indigenista, até chegar à burocratização da prática indigenista privada, o índio no Brasil vem sendo alvo de uma ética sui generis por parte de seus aliados brancos. No passado, as figuras indianistas de José de Alencar e Gonçalves Dias alicerçaram muitos dos sonhos nacionalistas brasileiros e depois se prestaram à verve sardônica dos modernistas dos anos 20; e na versão pós-moderna dos “amigos dos índios” também não falta uma boa dose de romantismo, quando se demanda dos índios, se não um exotismo redentor, no mínimo uma inquebrantável integridade de princípios: morrer, se preciso for, mas defendendo suas terras, resistindo ao assédio dos poderosos, repelindo a corrupção, denunciando os descalabros. Quanto mais estóico e resistente a tentações for o índio, mais merecedor ele será da solidariedade dos brancos. Cooptação, assim como poder, não é programa de índio.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Mirian. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

ADELMAN, Mirian. **Estudos Culturais e Estudos de Gênero: estendendo os olhares**. Curitiba: Cadernos da Escola de Comunicação - UNIBRASIL, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo - a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the discursive limits of sex**. Nova York/Londres: Routledge, 2011.

BRAH, Avtar. **Cadernos pagu: Diferença, Diversidade, Diferenciação**.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos. Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREITAS, Ana Elisa de Castro e HARDER, Eduardo. “Sobreviver na diferença”: o olhar dos “estudantes indígenas” e suas contribuições ao II Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná. In: NOVAK, Maria Simone Jacomini [et.al]. **Educação Superior Indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

_____. **Da Política de Estado ao Estado da Política Panorama de uma Década de Ensino Superior Indígena no Paraná**. Porto Alegre: no prelo.

FUNAI. **Portaria N. 63/PRES/2006**. Aprova as orientações para a seleção dos Estudantes Indígenas no Ensino Superior ao recebimento de apoio financeiro a FUNAI via Unidades Regionais.

_____. **Portaria N. 84/PRES/2009**. Redefine as orientações para a seleção dos Estudantes Indígenas no Ensino Superior ao recebimento de apoio financeiro a FUNAI via Unidades Regionais.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação – Pierre Bourdieu**. 6ª Edição. Editora Vozes, 1998.

NOVAK, Maria Simone Jacomini [et.al] organizadores. **Educação superior indígena no Paraná**. Maringá: Eduem, 2010.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: PAPIRUS, 1990.

GRUBITS, Sonia; HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. **Psicologia em Estudos: “Mulheres indígenas: poder e tradição”**. Maringá, v. 10, nº 3, p. 363-372, set/dez 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela . **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamento do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro: Imagino, 1998.

LOURO, Guacira L.. **"Pensar a sexualidade na contemporaneidade"**. Porto Alegre: PPGEDU /UFRGS.

MIGNOLO, Walter. **Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom**. Los Angeles, Londres, Nova Delhi e Singapura: SAGE, 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, Módulo I, 1999.

PARANÁ. **Lei nº 14453 de 07/07/2004**. Dispõe sobre a política estadual de apoio às comunidades indígenas do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, Curitiba, 2004a.

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta N.º 035/2001**. Regulamenta a Lei nº 13.134/2001. Curitiba, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta nº 001/2004**. Institui a Comissão Universidade para os Índios-CUIA. Curitiba, 2004b

_____. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Resolução Conjunta nº 006/2007**. Revoga a Resolução Conjunta nº 002/2004, inclui a UENP e dá outras providências. Curitiba, 2007.

ROCHA, Cinthia Creati da. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos – O Papel política Feminino na Organização Social Kaingang**. UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010.

SAMPAIO, Osias ramos Arnaud. “A UNIVERSIDADE COMO ÁREA DE INFLUÊNCIA: O OLHAR DE UM GUARANI SOBRE SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA. In: NOVAK, Maria Simone Jacomini [et.al]. **Educação Superior Indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, 1995

Manual do Candidatos. XII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná. Realização: UFPR, UNICENTRO, UEPG, UEM, UNESPAR, UNIOESTE, UEL, SETI.

Desenvolvimento Indígena sob perspectiva de gênero, Eliane Potiguara. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/desenvolvimento-indigena-sob-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 20/10/12.

Governo Brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/15/publicado-decreto-que-regulamenta-a-lei-de-cotas>>. Acesso em: 15/10/12

Laboratório de Interculturalidade e Diversidade. Disponível em:<<http://www.litoral.ufpr.br/laid>>. Acesso em: 06/09/12

Laboratório de Interculturalidade e Diversidade. Disponível em: <<http://laidufprlitoral.blogspot.com.br/>> Acesso em:08/09/12

O papel político feminino na organização social Kaingang. Cinthia Creatini da Rocha. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277601188_ARQUIVO_ApresentacaoFinal_formatada30junho.pdf>. Acesso: em 20/10/12.

O Índio Hiper-Real. Disponível em:<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_01.htm> Acesso em: 27/10/12.

Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFPR Litoral. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/ppp>>. Acesso em: 06/09/12

Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>>. Acesso em:08/09/12

Senado/Governo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112667&tp=1>>. Acesso em: 15/10/12.

ANEXOS

COMISSÃO DIRETORA
PARECER Nº 1.005, DE 2012

Redação final do Projeto de Lei da
Câmara nº 180, de 2008 (nº 73, de 1999,
na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008 (nº 73, de 1999, na Casa de origem), que *dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*, consolidando as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ/CDH e 3 e 4 – CDH, todas de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 7 de agosto de 2012. 2

ANEXO AO PARECER Nº 1.005, DE 2012.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008 (nº 73, de 1999, na Casa de origem).

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.

Art. 2º As universidades públicas deverão selecionar os alunos advindos do ensino médio em escolas públicas tendo como base o Coeficiente de Rendimento (CR), obtido por meio de média aritmética das notas ou menções obtidas no período, considerando-se o currículo comum a ser estabelecido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. As instituições privadas de ensino superior poderão adotar o procedimento descrito no *caput* deste artigo em seus exames de ingresso.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.